

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.350 - SP (2019/0355669-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JOSE CHIACHIRI NETO
ADVOGADO : JOSE CHIACHIRI NETO - SP0154853
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ALEXANDRE SOARES FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar ajuizado em favor de **José Alexandre Soares Ferreira**, em que se aponta constrangimento ilegal decorrente do indeferimento do pedido liminar, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no HC n. 2235985-51.2019.8.26.0000.

Requer o impetrante a concessão de *LIMINAR* com a expedição de alvará de soltura, para que o Paciente possa continuar seu tratamento médico em clínica integralmente (prescrito até pelos peritos oficiais) em regime de prisão domiciliar até o julgamento do mérito do writ interposto no Tribunal a quo, posto que do contrário estaremos incorrendo em prejuízos psicológicos e físicos irreversíveis com real risco de morte (fl. 21).

Para tanto, argumenta que não teve reconhecido o seu direito ao cumprimento da pena em regime semiaberto, muito embora já tenha cumprido mais de 3 anos de pena em regime fechado e tendo trabalhado mais de 400 dias, tendo ainda bom comportamento carcerário, conforme consta de seu Boletim Informativo anexo (fl. 9).

Aduz que a decisão, além de não aplicar a prisão domiciliar ao Paciente, visto tratar-se de dependente de uso de drogas internado integralmente para tratamento (doença grave – laudos médicos atuais anexos) não reconheceu a progressão de Regime para menos gravoso, vez que na cidade de Franca (onde possui residência e toda a família (7 filhos e esposa - comprovantes anexos) não existem estabelecimentos para cumprimento da pena em regime semi-aberto (fl. 9).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, além de o Juízo de primeiro grau ter consignado que o paciente possui condições de ser tratado no estabelecimento prisional (fl. 49), na ocasião da apreciação do mérito do Habeas Corpus n. 416.010/SP, ficou consignado que o paciente não obteve a progressão de regime prisional por não ter adimplido o requisito objetivo, pois a execução estaria suspensa.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indeferio-a.**

Solicitem-se informações ao Juízo da Execução Penal, que deverá encaminhar cópias das principais decisões, informando, em especial, sobre a atual situação do paciente, se o estabelecimento prisional em que ele se encontra realmente possui condições de tratá-lo, bem como se há decisão sobre pedido de progressão de regime prisional recente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator